

MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESPINHAÇO: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral, um olhar sobre o conhecimento e gestão do patrimônio arqueológico nos parques.

Bruno Souza*

Marcelo Fagundes**

Resumo

O Mosaico de Áreas Protegidas do Espinhaço: Alto Jequitinhonha-Serra do Cabral localiza-se em uma área de considerável relevância arqueológica. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a gestão dessas áreas não deve levar em consideração a diretriz de proteção das características relevantes de natureza arqueológica, cultural, geológica e paleontológica, além de promover educação ambiental e turismo ecológico. Dessa forma, os sítios arqueológicos são um dos alvos de conservação identificados no estudo de criação do referido mosaico. Pretende-se, com esta pesquisa, realizar um levantamento acerca do grau de conhecimento e da gestão das paisagens arqueológicas localizados nessas áreas protegidas, com foco na arqueologia pré-histórica. Para obter dados, primeiramente, foram analisados os planos de manejo das áreas protegidas. A partir disso foi possível inferir que esses documentos possuem poucas informações sobre as pesquisas realizadas e que para o desenvolvimento dessa pesquisa será necessário buscar informações atualizadas a fim de gerar propostas de estratégias para conservação do patrimônio arqueológico dessa região.

Palavras-chave; patrimônio; unidade de conservação, instrumentos de gestão

Introdução

A Serra do Espinhaço, conhecida também como Cordilheira do Espinhaço, possui mais de 1200 quilômetros de extensão entre Minas Gerais e Bahia. É caracterizada por um conjunto de terras altas e planas com predominância de espessas camadas de quartzitos que, em

* Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Laboratório de Arqueologia da Paisagem - Diamantina, MG CEP 39100-000 brunovino@gmail.com Analista Ambiental, biólogo, mestrando UFVJM

** Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Centro de Geociências/Laboratório de Arqueologia da Paisagem - Diamantina, MG CEP 39100-000, marcelofagundes.arqueologia@gmail.com Doutor em arqueologia pelo museu de arqueologia e etnologia da USP

decorrência de diferenças em sua estrutura e morfologia, é dividida em Planalto Meridional e Setentrional. Devido a sua alta elevação, configura-se como divisor de águas das bacias hidrográficas do Rio Doce, Rio São Francisco e do Rio Jequitinhonha.

Em relação à sua composição vegetacional predominam as fitofisionomias do cerrado. Em sua totalidade é formada por um conjunto de habitats e ambientes com alto grau de endemismo e riqueza de espécies, além de ser considerada como área prioritária para conservação de diversos grupos taxonômicos. Ou seja, toda sua extensão possui extrema importância para conservação da biodiversidade. Além dos aspectos geofísicos e da insubstituível biodiversidade, a Serra do Espinhaço possui relevância histórico-cultural, marcada por um continuum de ocupação e uso ao longo do tempo, desde a pré-história. As sociedades que no Espinhaço estiveram/estão imprimiram características distintas no tempo e espaço formatando “identidades biogeográficas” (KNAUER, 2007; Revista Reserva da Biosfera do Espinhaço 2017; SAADI, 1995).

Os processos de origem e evolução geológica da Serra do Espinhaço resultaram em feições caracterizadas por “densas redes de fraturas e cisalhamento”, o que ocasionou a formação de diversos abrigos rochosos, conhecidos na região de Diamantina como lapas. Em muitos desses abrigos nota-se a presença de vestígios paleontológicos, arqueológicos, históricos e pré-históricos (LINKE, 2013; SOLARI, 2012).

Essas características da Serra do Espinhaço despertam a atenção de pesquisadores de diversas áreas. Em meados de 1820, naturalistas exploraram esse território e realizaram diversas coletas e análises de caráter botânico, geomorfológico, antropológico, sociológico e arqueológico. Destaca-se August Saint-Hilaire, K.Martius e J. Spix. Na arqueologia, Peter Lund foi um dos precursores realizando estudos na região de Lagoa Santa. Em relação ao patrimônio arqueológico da Serra do Espinhaço diversos estudos têm sido realizados com a produção de um conhecimento significativo sobre a pré-história, no entanto, no Espinhaço Meridional pode-se afirmar que o conhecimento sobre o patrimônio arqueológico é insuficiente, pois estima-se que menos de 10% do total de sua superfície foi prospectada (FAGUNDES, 2009; GRECO,2017; LOPES *et al.*, 2011).

Devido aos valiosos atributos da sociobiodiversidade, a histórica ocupação, a modificação e uso dos ambientes, a Serra do Espinhaço foi reconhecida em 2005 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, através do Programa o Homem e a Biosfera, como Reserva da Biosfera do Espinhaço - RBSE. (Revista RBSE, 2017) Reservas da Biosfera possuem o objetivo de promover o conhecimento científico e tradicional, promover o desenvolvimento sustentável nos âmbitos sociocultural, ecológico e econômico, contribuir para a conservação da biodiversidade, incluindo ecossistemas, as

espécies e suas variedades, bem como das paisagens onde se inserem, tendo como premissa a gestão integrada e participativa. Em seu limite, há na RBSE, diversas áreas protegidas: federais, estaduais e municipais.

Áreas protegidas são territórios com limites definidos e que possuem objetivos específicos de conservação e proteção dos ecossistemas. A gestão desses territórios é fundamentada por políticas públicas específicas, com destaque para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, estabelecido pela lei n 9.985 de 2000 que define critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação e o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, instituído através do decreto N 5.785, de 13 de abril de 2016. Ambas políticas trazem diretrizes para a proteção desses ambientes em seus aspectos socioambientais, para o uso sustentável, a prática do ecoturismo, geração de conhecimento, para a educação ambiental, participação social e para gestão do patrimônio geológico, histórico e arqueológico. A gestão de cada área protegida, conforme explicitado no SNUC, requer um planejamento específico, materializado através dos instrumentos de gestão, entre eles o Plano de Manejo, Plano de Uso Público e Conselhos Gestores. (PNAP, 2006; SNUC, 2000)

Outra iniciativa importante que visa a proteção socioambiental no Espinhaço foi o estabelecimento do *Mosaico de Áreas Protegidas do Espinhaço - Alto Jequitinhonha Serra do Cabral*, no Espinhaço Meridional (MMA, 2010a) (Ilustração 1). Mosaicos de Áreas Protegidas, segundo o SNUC (2000):

é um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, cuja gestão deve ser feita de maneira integrada e participativa, considerando os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociobiodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional (BRASIL, 2000, p.8)

A realização do ecoturismo nessas áreas também norteia os planejamentos e ações de gestão.

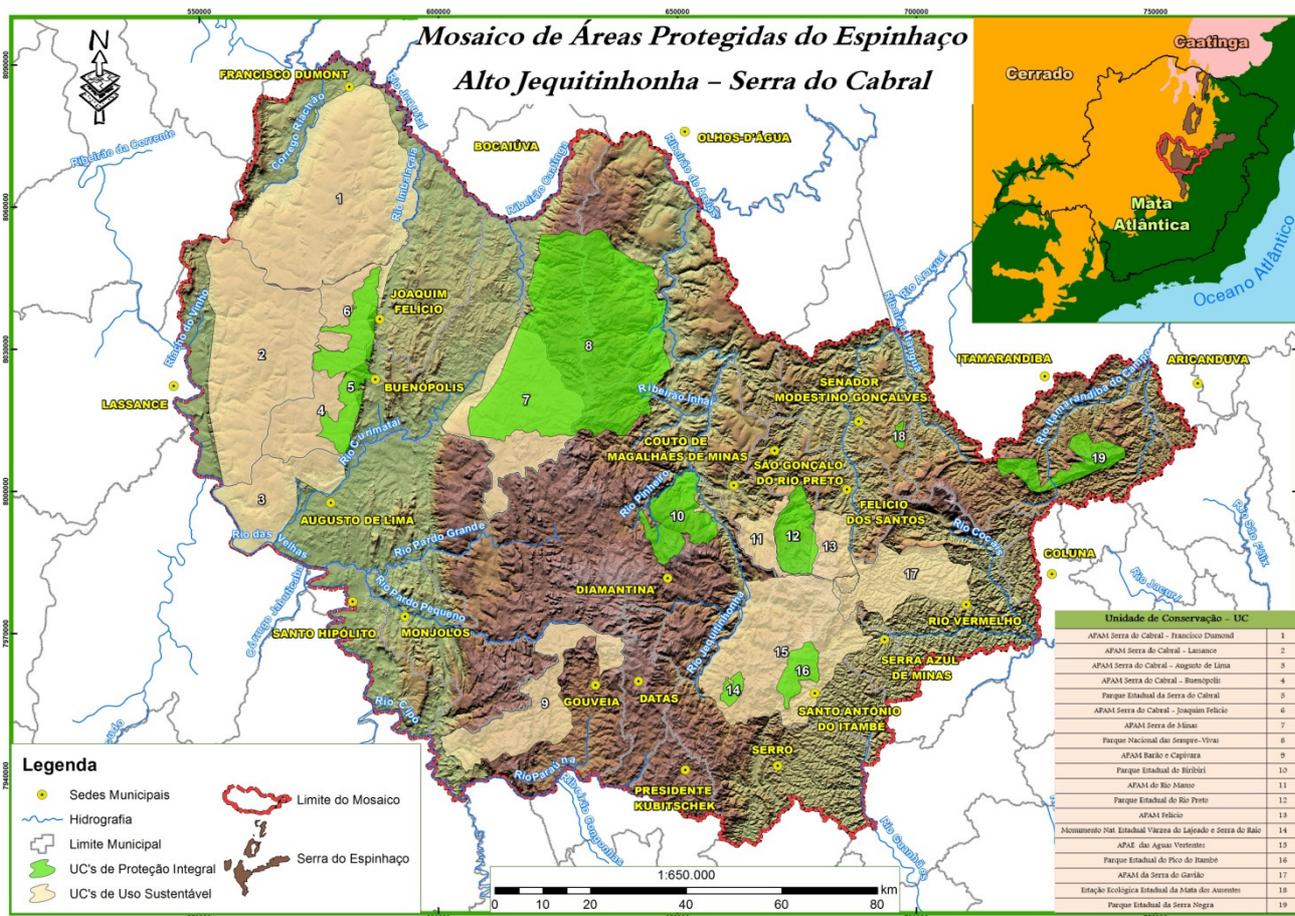


Ilustração 1 - Mapa do Mosaico de Áreas Protegidas do Espinhaço: Alto Jequitinhonha-Serra do Cabral e sua localização no Espinhaço Meridional. **Fonte:** Ribas & Gontijo 2014

O Mosaico foi criado em 2010 após uma série de atividades e estudos realizados pelo Instituto Estadual de Florestas-IEF, pelo Instituto Biotrópicos, com apoio da Conservação Internacional do Brasil e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio. Inicialmente nove unidades de conservação faziam parte do Mosaico, com uma área de 910 mil hectares, no entanto, em 2017 essa área foi ampliada, totalizando 19 unidades de conservação.

A partir dos estudos realizados para a criação do Mosaico, os sítios arqueológicos e históricos foram considerados alvos importantes para conservação. Essa consideração decorre das ameaças aos sítios arqueológicos como depredação, uso do fogo, desconhecimento técnico e visita descontrolada. Os sítios arqueológicos, por fim, foram considerados, no estudo, alvos de conservação. (Ilustração 2) (Biotrópicos, 2009)

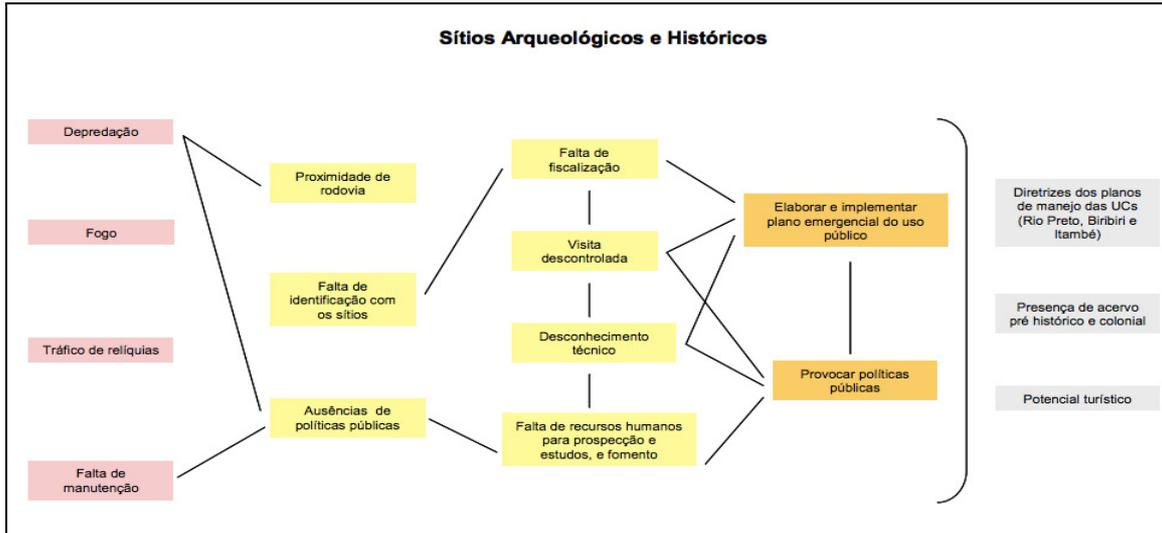


Ilustração 02 - Alvo de conservação no Mosaico de UCs do Espinhaço: Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral: sítios arqueológicos e históricos. Ameaças diretas (em rosa) e indiretas (em amarelo), oportunidades (em cinza) e destaque para estratégias de conservação (em alaranjado). **Fonte:** Biotrópicos, 2009

Entre as 19 UCs do Mosaico destaca-se o Parque Nacional das Sempre-Vivas-PNSV (Ilustração 3), a maior UC de proteção integral com aproximadamente 124 mil hectares, criado em 2002, cujos limites estão inseridos nos municípios de Bocaiuva, Buenópolis, Diamantina e Olhos D'Água. Biogeograficamente o Parque encontra-se em um ecótono, classificado como refúgio vegetacional, apresentando vegetação predominantemente de Cerrado. Possui alta tensão ecológica e diversidade biológica, com particularidades florísticas, fisionômicas e ecológicas, devido às influências da Mata Atlântica e da Caatinga. Com altitudes entre 700 e 2.100m é um importante divisor de águas das Bacias dos rios São Francisco e Jequitinhonha, possuindo áreas representativas de recarga hídrica com mais de 600 nascentes.

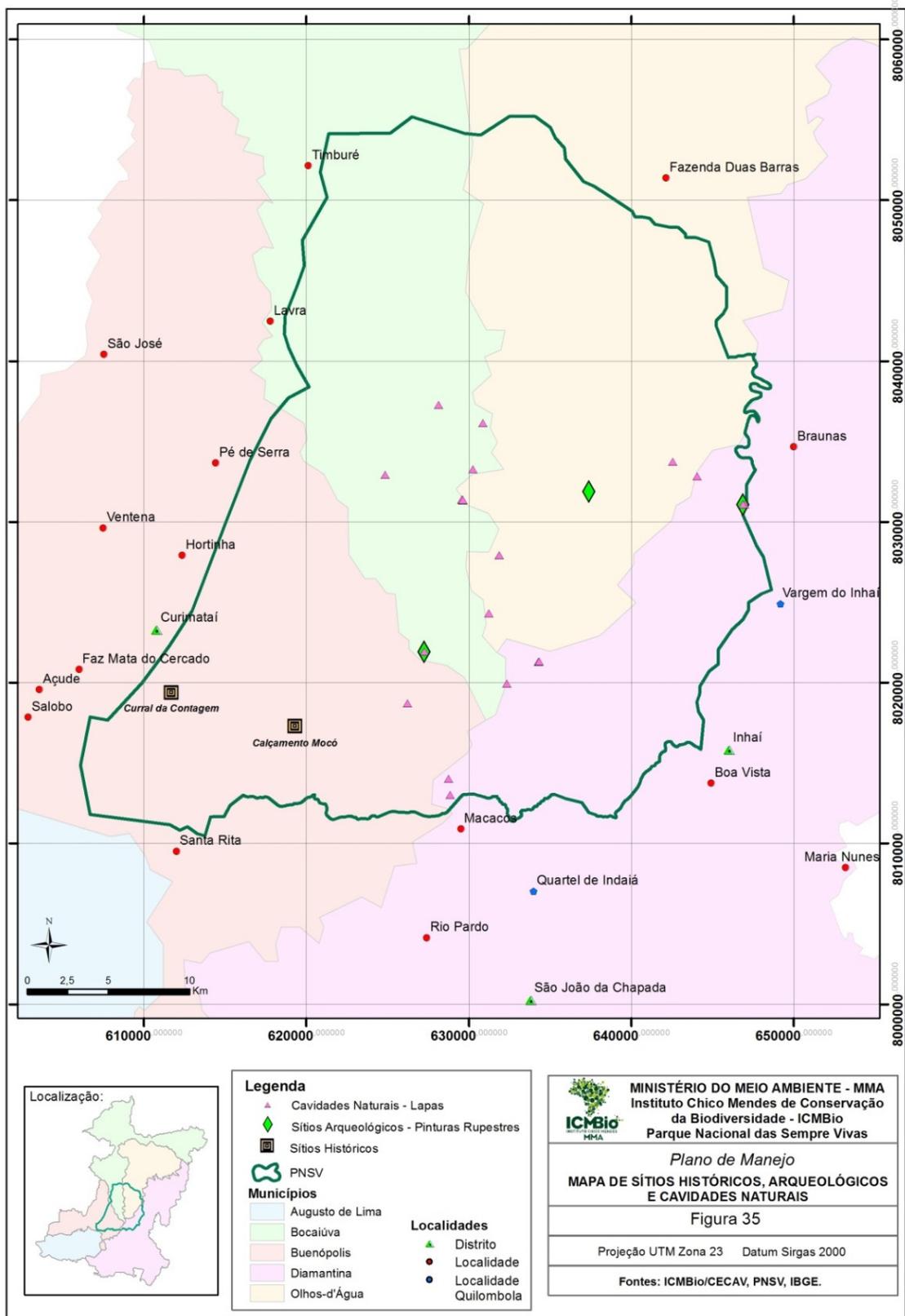


Ilustração 3 - Mapa de Sítios históricos, arqueológicos e cavernas naturais do Parque Nacional das Sempre-Vivas. **Fonte:** acervo ICMBio

Parques do Mosaico, Planos de Manejo e a gestão do patrimônio arqueológico

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, os parques nacionais possuem como um dos principais objetivos a realização do ecoturismo/turismo de natureza e a educação ambiental. Por isso e devido os atributos naturais que conferem considerada beleza cênica, essa é a categoria de unidade de conservação que mais atrai o público para visitação. O Plano de manejo é o principal documento, instrumento, de gestão de uma unidade de conservação e deve conter a caracterização socioambiental, o zoneamento, diretrizes para a gestão e o planejamento. Ou seja, deve subsidiar os gestores para tomada de decisões.

Considerando isso, esse projeto de pesquisa se inicia com a análise de cinco planos de manejo dos parques que compõem o Mosaico: Parque Estadual do Biribiri, Parque Estadual Pico do Itambé, Parque Estadual da Serra do Cabral, Parque Estadual do Rio Preto e Parque Nacional das Sempre-Vivas. (tabela 01)

Tabela 01 – Dados das Unidades de Conservação.

Unidades de Conservação	Data de criação	Área (hectares)	Data do Plano de Manejo	Número de visitantes* em 2018	Número de sítios arqueológicos segundo Plano de manejo (interior e entorno)
Parque Estadual do Biribiri	1998	16.998	2004	56.785	32
Parque Estadual Pico do Itambé	1998	4.753	2004	5.11	33
Parque Estadual da Serra do Cabral	2005	22.500	2013	430	117
Parque Estadual do Rio Preto	1994	10.750	2004	7.088	33
Parque Nacional das Sempre-Vivas	2002	124.000	2016	228	23

Fonte: planos de manejo e Instituto Estadual de Florestas - IEF

A partir dessas análises, constata-se que os parques estaduais com planos de manejo mais antigos, elaborados em 2004, possuíam naquele momento baixa ocorrência de estudos em arqueologia, realizados no interior e entorno dos mesmos. Os dados sobre os sítios arqueológicos são citados de forma generalizada e na maior parte dos casos se referem à construções históricas e às lapas com inscrições rupestres (ilustração 4). Destaca-se nos

planos uma carga de dados a respeito dos aspectos legais, sobre competências e preservação do patrimônio arqueológico.



Ilustração 4 - Foto de sítio arqueológico no Parque Nacional da Serra do Cabral, abaixo, sítio no Parque Nacional das Sempre-Vivas. **Fonte:** acervo PNSV

Em relação ao Parque Estadual da Serra do Cabral, que possui um plano de manejo mais recente, nota-se um conteúdo mais técnico e detalhado sobre o patrimônio arqueológico, fundamentado em pesquisas. (ilustração 5) Isso decorre do fato de que os estudos na região do PAREST Cabral se iniciaram bem antes da criação da UC, em 1972 e se intensificaram a partir da década de 90, motivando inclusive a criação do mesmo. (PANGAIO; SEDA, 2016)

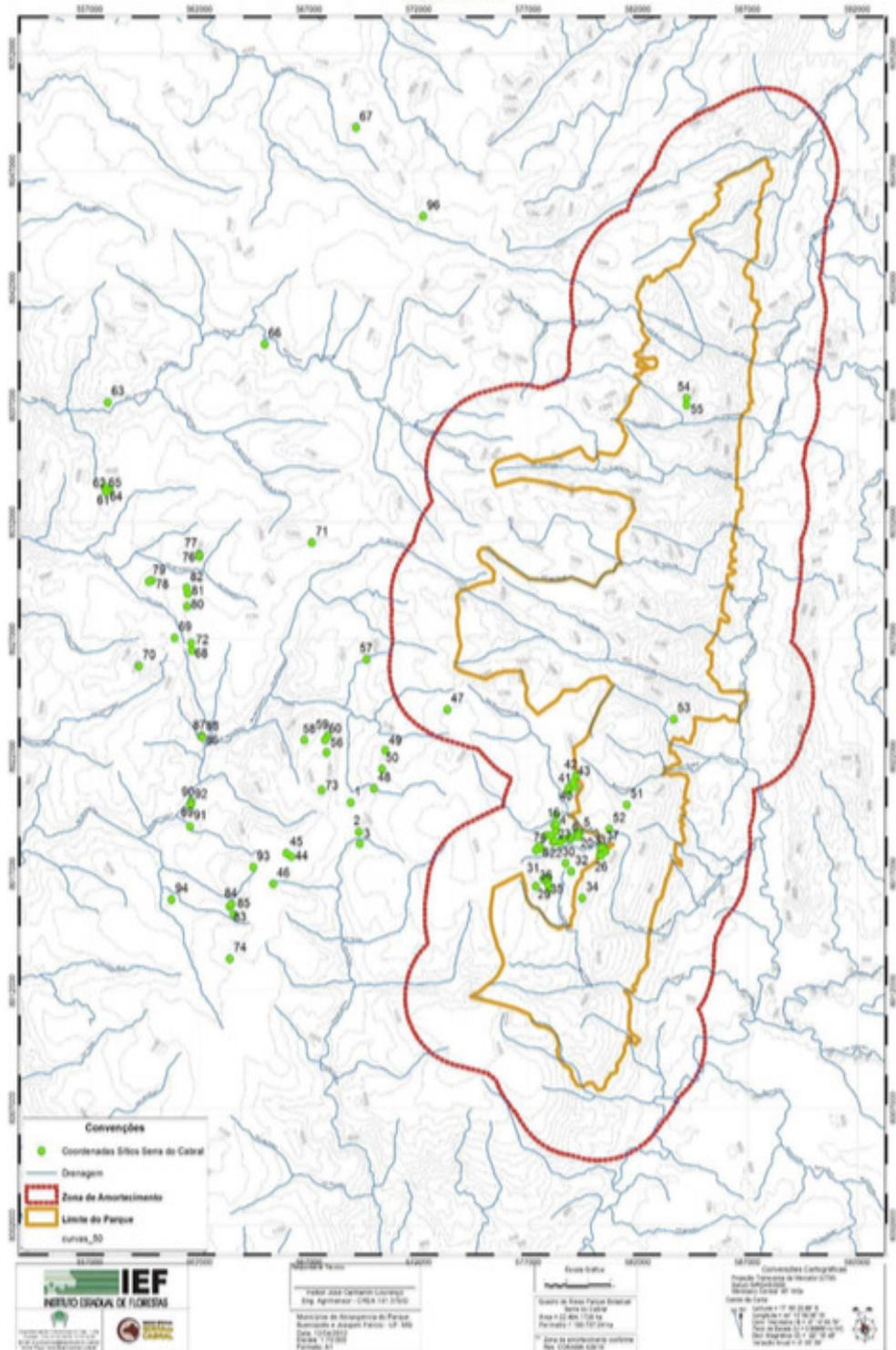


Figura 7: Localização dos sítios arqueológicos identificados para a área do parque e seu entorno, conforme Resolução CONAMA 428/10, totalizando em 117 sítios existentes.

Ilustração 5 - Mapa com localização dos sítios arqueológicos na região do Parque Estadual da Serra do Cabral, **Fonte:** plano de manejo do Parque, 2013

No Parque Nacional das Sempre-Vivas, que possui uma área consideravelmente maior que as demais, constam poucos registros de sítios arqueológicos. Isso provavelmente provém da ausência da realização de pesquisas em seu interior e entorno. Segundo o Plano de Manejo do Parque, publicado em 2016, foram identificadas 21 cavidades naturais, conhecidas como lapas. Distintas evidências indicam o uso e ocupação desses espaços, entre elas a visualização de pinturas rupestres que denotam a presença de sociedades pré-históricas, além dos vestígios recentes produzidos pelos apanhadores de Sempre-vivas. Além das pinturas rupestres, outros sítios arqueológicos estão presentes nesse território, como calçamentos antigos e construções históricas.

Apesar de não conter muitas informações sobre as pesquisas realizadas em arqueologia no interior das UCs, com exceção do PAREST da Serra do Cabral, os planos de manejo trazem diretrizes e considerações para a proteção e valorização desse patrimônio e apontam para necessidade de aumento do conhecimento sobre os sítios. Os planos identificam zonas, chamadas de histórico-cultural, que concentram os sítios arqueológicos e regram o uso. Para os sítios prospectados no Parque Estadual do Rio Preto e Biribiri, foram criadas fichas de avaliação sobre o estado de conservação dos mesmos (ilustração 6). Entre as ações que aparecem nos planos estão àquelas vinculadas principalmente ao ecoturismo e educação ambiental: sensibilizar a população, dentro de sua realidade sócio-cultural, quanto à questão da preservação do patrimônio arqueológico; promover a sinalização dos sítios; realizar curso de capacitação para condutores, com conteúdo relacionado à arqueologia; viabilizar a visita monitorada, oferecendo ao visitante, informações histórico-culturais das regiões, por meio da interpretação e educação ambiental nos sítios históricos e arqueológicos.

QUADRO 3.26 - AVALIAÇÃO SOBRE ESTADO DE CONSERVAÇÃO - LAPA DO POÇO DO VEADO

CONSERVAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO	BAIXA INCID.*	MÉDIA INCID.*	ALTA INCID.*	OBSERVAÇÕES
Parede do Abrigo/Suporte				
Sujidades naturais	X			Casas de bichos
Exposição ao sol			X	
Escorrimentos minerais	X			Em algumas fendas dos suportes podem ser observados escorrimentos minerais.
Descamações		X		Observada em todo o suporte.
Pichações				Não foi identificado
Piso do abrigo				
Esburacamentos				Não foram observados sinais de escavações irregulares.
Vegetação local queimada				Não foi encontrado.
Lixo				Não foi encontrado.

*INCID. - Incidência

Ilustração 6 – Ficha de avaliação de sítio. **Fonte:** Plano de manejo do Parque Estadual do Rio Preto

Conclusão

Considerando, portanto, a importância ambiental e histórico cultural do território meridional da Serra do Espinhaço, as diversas áreas protegidas que compõem o Mosaico do Espinhaço, o expressivo número de sítios arqueológicos desse território, o potencial para realização do ecoturismo e as políticas públicas que direcionam para a geração de conhecimento e proteção desse patrimônio, torna-se imperativo aprofundar o conhecimento acerca desse patrimônio a fim de propor estratégias de conservação e valorização.

Os resultados obtidos aqui direcionam o desenvolvimento desse projeto de pesquisa pois fica evidente a necessidade de atualizar as informações contidas nos planos de manejo, com a realização de entrevistas e visitas em campo. Essas informações são fundamentais para definir estratégias úteis aos gestores, identificar lacunas de informações e para definir ações a serem desenvolvidas em conjunto com a sociedade.

Uma das possíveis estratégias seria a revisão dos planos de manejo. No entanto, esses processos são onerosos e possuem um foco territorial específico e limitado. Pensar a gestão integrada e efetiva das unidades de conservação do Mosaico para a salvaguarda no âmbito do patrimônio significa, por consequência, a preservação da biodiversidade e requer práticas que possam ser facilmente aplicadas. Elaborar um Plano Interpretativo com enfoque nas paisagens arqueológicas do Mosaico se apresenta como um interessante artifício.

Referências

- BIOTRÓPICOS - *Mosaico de Unidades de Conservação do Espinhaço: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral* Processo de criação e implantação, Biotrópicos 2009.
- BRASIL. Decreto n. 5.758, de 13 de abril de 2006. *Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas*, Brasília, DF, março 2017.
- BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*, Brasília, DF, julho 2000.
- BRASIL. Portaria n. 444, de 26 de novembro de 2010. Reconhece como mosaico de unidades de conservação no Estado de Minas Gerais, o Mosaico do Espinhaço: Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral, novembro 2000.
- BRASIL. Processo nº 02070.003055/2012- 15 Plano de Manejo do Parque Nacional das Sempre-Vivas, Diamantina - MG 2016.
- FAGUNDES, M.; *O Conceito de Paisagem em Arqueologia - Os lugares persistentes* HOLOS Environment, v.9 n.2, 2009.
- GRECO, W. *Estilo e Paisagem: os conjuntos rupestres do sítio Sampaio, Felício dos Santos, Alto Vale do Rio Araçuaí, Alto Jequitinhonha, MG - UFVJM*, 2017.
- KNAUER, L. O Supergrupo Espinhaço em Minas Gerais: considerações sobre sua estratigrafia e seu arranjo estrutural *GEONOMOS* 15(1): 81 - 90, 2007.

LINKE, V. Onde é que se Grafa? As relações sobre os conjuntos estilísticos Rupestres da Região de Diamantina (Minas Gerais) e o Mundo Envolvente; Revista Espinhaço, V.2, 2013.

LOPES, F; MILAGRES, A.; PIUZANA, D.; MORAIS, M. Viajantes e Naturalistas do século XIX: a reconstrução do antigo Distrito Diamantino na Literatura de Viagem, Caderno de Geografia, v.21, n.36, 2011.

PANGAIO, L.; SEDA, P.; SERRA DO CABRAL, MINAS GERAIS: um patrimônio arqueológico e ambiental em busca de preservação. Anais do IV Seminário Preservação do Patrimônio Arqueológico, MAST, 2016.

REVISTA RESERVA DA BIOSFERA DA SERRA DO ESPINHAÇO, Brasília, v. 1, n.1, 2017.

RIBAS, Rodrigo.; GONTIJO, B.; Mapeamento dos limites oficiais do Mosaico de Áreas Protegidas do Espinhaço: Interatividade entre o geoprocessamento e a gestão integrada do território, 2014.

SAADI, A. A Geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas margens. Geonomos, Belo Horizonte, v.3, n.1, p.41-63, 1995.

SOLARI, A.; ISNARDIS, A.; LINKE, V. Entre Cascas e Couros: Os Sepultamentos Secundários da Lapa do Caboclo (Diamantina, Minas Gerais) Habitus, v.10, n.1, p. 115-134 2012.